DIVISÃO DAS SECÇÕES:

1. SECÇÃO: **Direito Romano, Direito Canônico e História do Direito.**
2. SECÇÃO: **Direito Civil, Direito Civil Comparado e Direito Internacional Privado.**
3. SECÇÃO: **Direito Mercantil e Direito Mercantil Comparado.**
4. SECÇÃO: **Direito Penal, Criminologia e Medicina Legal.**
5. SECÇÃO: **Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Penal.**
6. SECÇÃO: **Teoria Geral do Estado, Direito Internacional Público, Direito Constitucional e Direito Administrativo.**
7. SECÇÃO: **Introdução à Ciência do Direito e Filosofia do Direito.**
8. SECÇÃO: **Economia Política, Ciência das Finanças e Ciência da Administração.**
9. SECÇÃO: **Direito Industrial e Direito do Trabalho.**

**REGULAMENTO DO CONGRESSO JURÍDICO NACIONAL
DE PORTO ALEGRE**

CAPÍTULO I

DOS FINS DO CONGRESSO

Art. 1. — O Congresso Jurídico Nacional, convocado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e comemorativo do cinquentenário da sua fundação e do centenário do Código Comercial Brasileiro, terá por fim:

- a) discutir e votar as teses que lhe forem apresentadas, versando matéria jurídica compreendida pelas disciplinas de que se compõem as Comissões a que se refere o art. 4.º;
- b) estudar e discutir os planos de reforma da legislação comercial brasileira, fixando os rumos científicos e práticos da matéria, durante a centúria;
- c) reunir, através das teses apresentadas e das discussões e conclusões, subsídios para a atualização da lei comercial brasileira.

CAPÍTULO II

DA MESA DIRETORA

Art. 2. — Os trabalhos do Congresso serão dirigidos por uma mesa diretora constituída de um presidente, dois vice-presidentes e dois secretários.

Art. 3. — Na 1.ª sessão preparatória, serão escolhidos o presidente e os vice-presidentes, cabendo ao primeiro a escolha dos dois secretários.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES

Art. 4. — Existirão 9 comissões:

1. — Direito Romano, Direito Canônico e História do Direito.
2. — Direito Civil, Direito Civil Comparado e Direito Internacional Privado.
3. — Direito Mercantil e Direito Mercantil Comparado.
4. — Direito Penal, Criminologia e Medicina Legal.
5. — Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Penal.
6. — Teoria Geral do Estado, Direito Internacional Público, Direito Constitucional e Direito Administrativo.
7. — Introdução à Ciência do Direito e Filosofia do Direito.
8. — Economia Política, Ciência das Finanças e Ciência da Administração.
9. — Direito Industrial e Direito do Trabalho.

Art. 5. — As diversas comissões de que trata o artigo anterior, serão constituídas mediante inscrição voluntária dos congressistas.

§ 1. — Serão membros natos das respectivas comissões os professores das disciplinas de que as mesmas se constituem.

§ 2. — Os congressistas poderão inscrever-se em mais de uma comissão.

Art. 6. — Logo após a aprovação deste regulamento, o presidente do Congresso determinará a distribuição das teses entre as comissões que lhes correspondem.

Art. 7. — As comissões escolherão o seu presidente e este um ou mais secretários.

Art. 8. — O presidente designará um relator para cada uma das teses distribuídas.

Art. 9. — O relator designado dará parecer conciso, por escrito, sobre a tese que lhe houver sido distribuída, concluindo por proposições que sirvam de base à discussão e votação.

Art. 10. — Aprovadas as conclusões do relator ou outras estabelecidas pela comissão, serão levadas ao plenário do Congresso.

Art. 11. — Apreciados os diversos pareceres sobre as teses apresentadas, a respectiva comissão escolherá aquela que deverá merecer destaque, oficiando em seguida ao presidente do Congresso (art. 13 § único).

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 12. — O Congresso funcionará de 11 a 17 de agosto, realizando no mínimo 6 sessões plenárias.

Art. 13. — Às sessões plenárias serão presentes os diversos pareceres das comissões, para discussão e votação de suas conclusões.

§ único. — As teses que merecerem destaque nas respectivas comissões, serão objeto de explanação especial pelo próprio autor no plenário do Congresso; na ausência deste, pelo relator já designado.

Art. 14. — As sessões plenárias durarão duas horas, podendo, no entanto, ser prorrogadas, a requerimento de qualquer congressista e a critério do presidente.

Art. 15. — Nenhum orador poderá falar mais de uma vez sobre o mesmo assunto, com exceção dos relatores da matéria em debate, os quais poderão falar duas vezes, na defesa de suas conclusões.

§ 1. — Os relatores das teses que merecerem destaque, na forma do art. 11, poderão falar pelo prazo de uma hora, prorrogável a critério do presidente.

§ 2. — Durante o debate das conclusões das diversas teses, cada orador só poderá falar pelo prazo máximo de 10 minutos, com exceção do relator que poderá falar durante 20 minutos.

Art. 16. — Qualquer dos congressistas inscritos poderá enviar à Mesa, enquanto não houver sido declarada encerrada a discussão, emendas ou substitutivos às conclusões do Relator, precedidos ou não de fundamentação por escrito.

Art. 17. — Encerrada a discussão, proceder-se-á imediatamente à votação, podendo ser por qualquer congressista solicitada verificação nominal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. — As reuniões, quer as plenárias, quer as das comissões, serão públicas, podendo, entretanto, somente participar dos debates os congressistas inscritos.

Art. 19. — Nelas não se admitirá proposta alguma, voto ou moção, que não vise a matéria em estudo, salvo votos de pesar pelo falecimento de jurisconsulto nacional ou de autor de trabalhos enviados ao Congresso.

Art. 20. — Caberá à Mesa Diretora do Congresso estabelecer o programa das diversas sessões plenárias, interessando-se junto às comissões no sentido de que declarem, no menor prazo possível, quais as teses que merecerão destaque, na forma do artigo 11.

Art. 21. — Na sessão de encerramento, o Presidente designará os membros da comissão encarregada de coligir e organizar os trabalhos do Congresso, confiando-os depois à Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, que se incumbirá da sua publicação.

Art. 22. — Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Mesa Diretora.

Pôrto Alegre, 11 de agosto de 1950.

SESSÃO SOLENE INAUGURAL de 11 de agosto de 1950

O SR. PRESIDENTE, José Salgado Martins — Representando a Comissão Organizadora do Congresso Jurídico, comemorativo do cinquentenário da Faculdade de Direito, tenho a honra de proclamar eleito Presidente do Congresso o eminente professor Waldemar Martins Ferreira. — (Palmas).

A decisão do Congresso Jurídico, comemorativo do cinquentenário desta escola, constitui um tributo de admiração ao insigne mestre, que completa, neste ano, o seu jubileu de magistério, e, ao mesmo tempo, uma homenagem à nobre Faculdade de Direito de São Paulo, glorioso berço da consciência jurídica do Brasil.

Transmito, assim, a S. Excia., a direção dos trabalhos deste Congresso. (Palmas prolongadas).

O SR. WALDEMAR FERREIRA — Estando na ante-sala, S. Excia. o sr. Walter Jobim, Governador do Estado, e Presidente de Honra deste Congresso, eu solicito aos prezados professores e meus diletos amigos, dr. Ernani Estrêla, dr. Edgard Luiz Schneider, dr. Poty Medeiros, dr. Darcy Azambuja, se dignem introduzi-lo no recinto.

(O sr. Governador do Estado é introduzido no plenário e aplaudido pelos presentes).

Exmo. Sr. Governador do Estado, exmo. sr. Arcebispo Metropolitano, exmo. sr. Reitor desta Faculdade de Direito, exmo. sr. Presidente do Tribunal de Justiça, prezados colegas, minhas senhoras e meus senhores.

Seria, para mim, verdadeiramente difícil se quisesse dissimular o agrado e a emoção de que me vejo revestido, no momento em que recebo, deste Congresso, uma honra que nunca esteve no cálculo de minhas probabilidades.

E' sempre comum, nos homens, errarem nesse cálculo. Eu não cheguei sequer a fazê-lo. Tive, entretanto, a fortuna de obter esta homenagem, que eu recebo com emoção, não somente pelo que me toca, na minha qualidade de professor, senão, e principalmente, pela homenagem que ela endereça à velha e gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo. (Palmas.)